

Editorial

O segundo fascículo de Cadernos de Informação Jurídica, costumeiramente, publicado logo após o Natal, traz como primeiro artigo *O bibliotecário jurídico no Distrito Federal: percepções sobre perfil e formação profissional*, de autoria de Maria Tereza Machado Teles Walter, Thiago Gomes Eirão e Lityz Ravel Hendrix. O extenso, profundo e bem analisado texto traz os resultados de pesquisa feita com o bibliotecários. O mais preocupante dos resultados é a corriqueira fraca adesão dos bibliotecários para responder pesquisas da área. Sem dados, não existe planejamento eficaz das nossas instituições em nosso benefício.

O segundo artigo, *Catálogo de editoras e livrarias jurídicas: uma análise sobre dados disponíveis em websites e a influência no processo de seleção e aquisição*, com autoria múltipla de Alessandra Oliveira da Silva; Andreia Vieira Monteiro; José Gustavo Moura Corrêa; Kelly Pereira de Lima; Stéphanie Oliveira da Silva e Thiago Cirne Freitas. É uma análise de instrumento, catálogo de editoras e livrarias, utilizado para o desenvolvimento de coleções. Interessante que os autores encaminharam os resultados para as entidades produtoras dos catálogos propondo melhorias. Mais interessante seria analisar, em um ano ou dois, se essas entidades aprimoraram seus catálogos.

Na seção Relatos de Experiência, Marilene Mendes Sow apresenta a *Implantação do Diário Eletrônico da Câmara dos Deputados (iDCD): uma experiência de remodelagem de processo*, que permitiu agilidade no processo de publicação do diário oficial da Casa, como também proporcionou poupar recursos públicos. Mesmo

não sendo um trabalho inédito, pois foi apresentado no 6º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas, tem o propósito de levar o assunto àqueles que não estiveram presentes no Seminário.

Na seção de *Entrevista*, foram trazidas as preocupações, planos e metas dos coordenadores do grupos jurídicos (GIDJ) brasileiros. O GIDJ do Rio de Janeiro é o mais antigo, em atividade há mais de 40 anos; o GIDJ do Maranhão iniciou suas atividades em 2019. Os denominadores comuns são a inquietude com a fraca participação dos bibliotecários jurídicos e escassez de recursos financeiros para subsidiar as ações de cada grupo. Do lado das perspectivas está a possibilidade de trabalhar em conjunto para atingir metas maiores e comuns.

A realização do 5º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas, realizado em 2017, incentivou o retorno GIDJ do Distrito Federal e a criação do GIDJ-MA; o 6º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas, ocorrido em outubro de 2019, encorajou os bibliotecários jurídicos de Minas Gerais a discutirem a reativação do GIDJ daquele Estado. Por isso, na seção *Memória* está a ata da reunião *Reunião Técnica dos Bibliotecários de Minas Gerais*, em que foi discutida essa reativação.

Os Cadernos de Informação Jurídica passaram a ser indexados por REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico), uma plataforma de agregação de conteúdos científicos e acadêmicos produzidos no âmbito ibero-americano.

Boa leitura!

Edilenice Passos

Editora